

# FIM DE SEMANA

Sexta-feira, 30, e fim de semana, 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2008

Comente estas reportagens no site [gzm.com.br](http://gzm.com.br)



« DO CINEMA FRANCES  
Diretor do Festival de Cannes,  
Olivier Pèrre visita o Brasil E8

» EFEITO DA CRISE  
Carnegie Hall divulga  
programação mais modesta E2



« GOI DE LETRA  
Garrincha e outros jogadores da  
Copa de 58 estão em nova obra

» IMAGENS FORA DE FOCO  
TV criada pelo presidente Lula  
não atingiu seus objetivos

Comente estas reportagens no site [gzm.com.br](http://gzm.com.br)

GAZETA MERCANTIL | Sexta-feira, 30, e fim de semana, 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2008 | E8

## COMUNICAÇÃO

Apostar quase que exclusivamente no jornalismo pode ser um equívoco

ARTIGO

### Imagens distorcidas do Brasil

TV pública criada pelo presidente Lula não conseguiu cumprir sua principal missão

ALEXSANDRA MELEIRO\* E JOSE MARCO MENDONÇA\*\*  
SÃO PAULO

Desde o 1º Fórum Nacional de Televisão Pública — que ocorreu em maio de 2007 e resultou na "Carta de Brasília" — a rede pública de televisão no País começou a ganhar contornos. Naquele momento, o presidente Lula entregou à Secretaria de Comunicação Social e ao recém-empossado ministro Franklin Martins a missão de instalar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Criada em outubro de 2007, a EBC tem a missão de implantar e gerir o sistema público de comunicação previsto pelo artigo 223 da Constituição Federal.

Dezesseis meses após o encontro, as entidades que representam as TVs públicas reuniram-se com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, buscando apoio para a realização do II Fórum Nacional de TVs Públicas. O objetivo é debater questões que não foram esclarecidas na primeira edição do evento, como a regulamentação das emissoras públicas — já que falta um aparato jurídico para este campo das comunicações — a programação e o processo de migração digital, segundo afirmação de Paulo Alcoronado, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (Minc).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem partiu a ideia de criação da televisão pública no País, entende esses novos canais como os veículos capazes de pôr no ar aquilo que as outras televisões não podem: as notícias positivas que não são lidas, os debates sobre grandes temas nacionais que não são realizados, os programas educativos que ficam confinados às emissoras educativas.

No entanto, há mais de um ano após sua estreia, a TV Brasil e depara com o desafio de ser amadora como emissora pública e de alargar definitivamente os recortes que a cercam. Com orçamento limitado e programação baseada quase exclusivamente na grade herda da ex-ente TVE, a direção da TV Brasil e esforça para produzir sua própria novidade neste o momento — o eleitoral Repórter Brasil.

Fazer uma aposta quase que exclusivamente num jornalismo de qualidade e diferenciado pode ser um equívoco. As TVs privadas, depois da competição tãda pelas emissoras a cabo, apesar das críticas e de naturais ilhas, já começam a ocupar esse espaço. E como os recortes

para a TV pública são escassos, outras áreas acabaram por ser menos contempladas.

A criação da TV Pública e de outros canais de comunicação enfiados no controle social é uma antiga aspiração da sociedade brasileira, que ganhou expressão na Assembleia Constituinte de 1988.

No entanto, no projeto da nova TV patrocinada pelo governo Lula há uma série de distorções, tanto nos pressupostos que lhe deu origem, quanto no meio escolhido para a sua implementação. A pressa com que o processo foi conduzido foi tão evidente que o principal interessado — o cidadão — como protagonista. A iniciativa atropelou o escrutínio do Congresso e já está no ar desde 2 de dezembro de 2007, por força de uma Medida Provisória, cujo rne foi aprovado pela Câmara.

As MPs, por terem prazo exíguo de andamento na Câmara e no Senado, sempre tramitam de maneira precipitada, sem as necessárias reflexões, sem debates mais aprofundados. E, ao final, são aprovadas com poucas modificações com relação ao texto original.

Ou seja, o que saiu em matéria de televisão pública da mesa de trabalho dos grupos escolhidos pelo governo é o que ficou valendo, com alterações cosméticas. Da maneira como o processo foi conduzido, a sociedade foi brindada com uma televisão pública sem saber o que isso significa, o que é na vida real, e se lhe interessa pagar, com seus impostos, por tal oferta.

É baixa a credibilidade de uma empreitada que nasceu de uma MP e que deixa intocada a estrutura das comunicações estatais no País, moldada pelo aparelhamento e pelo emprego — sem relevância em termos de audiência. Prova disso, é que em maio de 2008 uma pesquisa CNT/Sensus revelou que 62% dos entrevistados não sabiam da existência da nova TV pública.

Grosso modo, a televisão comercial, de massa, estaria mais voltada para o entretenimento e um pouco de jornalismo, sustentada por inserções comerciais. Já a estatal, sustentada pelo poder público, estaria mais voltada para a divulgação dos feitos oficiais, do governo de plantão, com alguma prestação de serviços de utilidade pública e programas educativos; e a pública, equidistante das duas, sustentada pela sociedade, estaria voltada para os interesses dos cidadãos em sua dimensão mais humana.

Nas outras duas, ele seria o consumidor, o eleitor apenas.

A rigor, porém, merecem maiores reflexões os conceitos de televisão pública, estatal e comercial, visto que todos se originam de concessões e outorgas que são "públicas".

Os sistemas estatal, governamental e privado/comercial são velhos conhecidos nossos. Um o governo paga, outro os anunciantes sustentam. Individualmente, ambos têm qualidades e defeitos. Falta conhecer a televisão pública e quais seriam suas apregoadas vantagens. Por estar livre dos compromissos dos dois outros modelos, tanto do ponto de vista do financiamento quanto do de gerência, a televisão pública, segundo seus defensores, estaria também livre para perseguir uma televisão de qualidade, não voltada exclusivamente para o entretenimento ou para defender os interesses do governante (o financiador) de turno. Poderia inovar, experimentar, criar sem limites.

Foderia dar voz àqueles que não têm voz na televisão comercial e àqueles que aos governantes só servem na urna. Todos os tipos de diversidades culturais, étnicas, de gênero seriam nela uma fonte de expressão.

Ela funcionaria, acredita-se, até mesmo como um estímulo para as televisões comerciais, forçadas que seriam a buscar novos formatos, a encontrar novos temas para seus programas, a optar por conteúdos de melhor qualidade, a partir da concorrência trazida pela televisão pública. Cita-se, como exemplo, o caso do programa infantil Castelo Rá-Tim-Bum, da TV Cultura de São Paulo. As outras emissoras seriam não forçadas a melhorar a programação para as crianças porque perderam audiência para a televisão do governo paulista.

Portanto, para estar equidistante dos binômios mercado/audiência e governo/propaganda oficial, a televisão pública teria de ser totalmente inde-

pendente desses entes, em três vertentes: independente financeiramente, independente gerencialmente e, por fim, independente editorialmente.

Se a TV pública não tiver fontes permanentes de recursos, inviáveis, não será pública, será estatal. Se não puder tomar decisões de contratar, demitir, que salários pagar e tudo mais que caracteriza o gerenciamento de uma empresa, não será pública, será estatal. Se não for editorialmente independente, não poderá decidir o que veicular, como tratar os assuntos, seja no jornalismo, seja em outro tipo de programação, não será pública, será estatal. Estará sujeita aos humores e desejos do seu financiador

governamental (com o dinheiro público, óbvio).

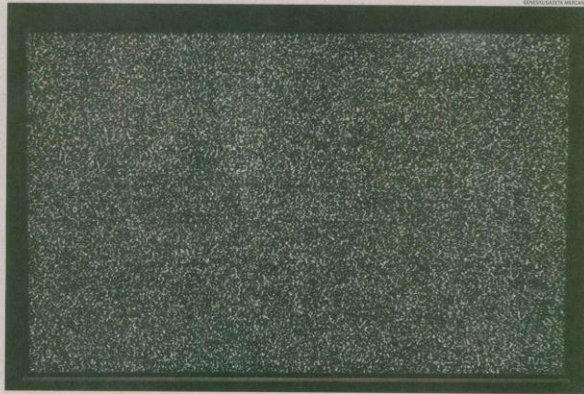
Orlando Senna, logo após sua exoneração do cargo de diretor-geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), controladora da TV Brasil, no ano passado, divulgou carta pública alertando os representantes da sociedade civil para que intervenham no sentido de tornar a emissora "blindada" contra os poderes e interesses governamentais e econômicos.

Esses são requisitos básicos, condicionantes inegociáveis. A televisão pública deveria funcionar no Brasil como deveriam funcionar, idealmente, as agências reguladoras em alguns setores da economia, como a Anatel,

e Anel e a Ancine. As agruras pelas quais elas passam — corte de recursos, interferências ministeriais — mostram que no Brasil a prática é outra. É o exemplo da Anac, com suas indicações políticas, que deram no que deram, não recomendando entusiasmos nesse campo.

\*Pós-doutoranda em Film Studies pela University of London/Cebrap. Autora de O Novo Cinema Brasileiro e organizadora da coleção "Cinema no Mundo: Indústria, Política e Mercado".

\*\* Jornalista, ex-chefe de redação da sucursal dos jornais de O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde em Brasília, e co-autor da coluna Política e Economia na Real no site [www.migalhas.com.br](http://www.migalhas.com.br)



## SE ESTA É A SALA DE AULA, IMAGINE OS CURSOS

CURSOS mam

- DESENHO
- PINTURA
- FOTOGRAFIA
- CENOGRAFIA
- OFICINA DE COR
- TEATRO
- FIGURINO
- HISTÓRIA DA ARTE

INSCRIÇÕES ABERTAS EM JANEIRO



Presidente Lula, Franklin Martins e Orlando Senna no I Fórum Nacional das TVs Públicas em 2007